

## A CULTURA INDÍGENA NAS PÁGINAS DA LITERATURA

Marcia Rejane Kristiuk<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo aborda a temática indígena na literatura em que, no século XVIII, muitos escritores despertaram a atenção em retratar o indianismo em suas obras. Exemplificando, destacam-se duas epopeias com a temática do indianismo: *O Uruguai* (1769), de José Basílio da Gama e o *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão. O poema *Uruguai* realiza a glorificação do português e do país, sendo que o brasileiro já estava envolvido pelo sistema colonial. Os poetas do século XVIII anunciaram o Indianismo, que foi um dos mais poderosos instrumentos da construção da identidade nacional. Atualmente, parece que começa a despontar uma postura para tentar amenizar o problema da discriminação indígena. Na última década do século XX, começam a ganhar espaço nas livrarias, alguns livros de escritores indígenas.

**Palavras-chaves:** Literatura. Nacionalidade. Indianismo. História. Identidade.

### La cultura indígena en las páginas de la literatura

**RESUMEN:** El artículo discute el tema indígena en la literatura en que, en el siglo XVIII, muchos escritores despertaron la atención en retratar el indigenismo en sus obras. Para ejemplificar, destacanse dos epopeyas con la temática del indianismo: *O Uruguai* (1769), de José Basílio da Gama y el *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão. *El poema Uruguai* realiza la glorificación del Portugués, y del país, siendo que el brasileño ya estaba envuelto por el sistema colonial. Los poetas del siglo XVIII anunciaran el indigenismo, que fue una de las más potentes herramientas de construcción de la identidad nacional. En la actualidad, parece que empieza a venir una postura para intentar amenizar el problema de la discriminación indígena. En la última década del siglo XX, también empiezan a ganar espacio en las librerías, algunos libros de escritores indígenas.

### Introdução

O artigo apresenta algumas discussões sobre a temática indígena, presente em obras literárias, como forma de reconhecer o povo ameríndio. Em algumas épocas, é relacionada a uma visão mais romântica, outros momentos a temática serve como forma de recuperar a identidade brasileira ou representar o índio como o bom selvagem. Chegando a um tempo em que as obras mostram a preocupação com a realidade sofrida pelo indígena desde a colonização. Por fim, busca-se relacionar o despontamento de autores indígenas no campo da literatura.

Os povos indígenas além de sofrerem as consequências da ambição dos conquistadores portugueses e espanhóis, perderam suas terras para o imigrante europeu. Essa situação dos nativos despertou o interesse de muitos autores literários para o tema Indianismo.

<sup>1</sup> Mestre em Letras: Estudos Literários pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campus de Frederico Westphalen, RS. Doutoranda no Curso de Doutorado em Letras: Leitura e Linguagens. UNIRITTER, campus Porto Alegre - RS. Professora Titular do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, campus da Universidade Federal de Santa Maria (CAFW-UFSM). marciuka06@gmail.com

Zilá Bernd (2003), afirma que a literatura atua levando em consideração uma sociedade vivendo seu momento histórico através de seus mitos fundadores, de seu imaginário ou de sua ideologia. Nesse aspecto, leva à homogeneização discursiva, em que há a ocultação sistemática do outro, ou uma representação inventada do outro.

No caso da Literatura Brasileira, o “outro” ocultado é o negro e o “outro” com representação inventada é o índio. Levando-se em consideração a função sacralizante da literatura, alguns escritores, ao escreverem suas obras, representam uma mitologia da origem e do enraizamento, que leva à construção da ideia de nação.

### **O indianismo na literatura brasileira**

No estudo dos textos de Jean de Lévy e Michel de Montaigne (BERND, 2003), trabalha-se no sentido de compreender a heterogeneidade da formação cultural das Américas. Através das visões do outro, tenta esclarecer a origem da ideologia, da hierarquização dos povos e das culturas. O enfoque está na descrição da América, salientando as diferenças da flora e da fauna, em relação às da Europa, assim como na descrição dos hábitos dos índios.

Inicialmente, Bernd (2003) ressalta a visão de Thevet, a qual, por intermédio do olhar exótico, tenta captar a “cor local” do país que acabou de ser descoberto: o Brasil. Há a observação do universo do nativo. O enunciador representa o índio estereotipado como “selvagem” americano, elogiando ou criticando seus costumes.

Ao citar Jean de Lévy, Bernd (2003) salienta que o canibalismo (prática indígena) leva uma compreensão do modo como à sociedade ameríndia se estruturava. Assim, a prática do canibalismo ritual fazia parte de um status no seio desta sociedade. A concepção do autor sobre o “outro” em relação à prática dos “selvagens” brasileiros é vista como menos condenável do que os massacres das guerras de religião, em que irmãos se matavam, uma vez que o canibalismo no Brasil era praticado somente em relação aos inimigos.

O elogio aos canibais, percebido por Bernd (2003) na visão de Michel de Montaigne, funciona como um pretexto para criticar sua própria sociedade. Assim, reconhece como bárbaros os hábitos de seus compatriotas que praticaram a tortura: homens degradantes e cruéis. A leitura dos escritos de Jean de Lévy e Michel de Montaigne resgatou uma outra imagem do índio.

Os trabalhos, antes referidos, espelham a aceitação do diverso, convidando, hoje, a uma volta às nossas raízes mais remotas. Mesmo tendo uma realidade mitificada do índio, eles criam uma lição de aceitação do outro e de sua diferença. Na literatura brasileira, o poema épico funcionou como um gênero próprio para descrever os acontecimentos históricos

fundadores. Assumindo a matéria mítica e os feitos de heróis elevados (pela força física e ou psicológica), adquiriram função celebrativa, representando os membros da comunidade que se formava.

Exemplificando, destacam-se duas epopeias: *O Uruguai* (1769), de José Basílio da Gama, e o *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão. Embora exaltem os feitos dos conquistadores, os dois poemas trazem a função de enraizamento e de fixação; valorizam a geografia americana tendo como personagem principal a paisagem. A princípio, o que era para celebrar os feitos épicos do dominador dá lugar à força do maravilhoso da terra americana, tornando-se o elemento fundador do discurso e não apenas cênico, como faziam os cânones da época tradicional.

*O Uruguai* recupera o desenvolvimento progressivo da consciência da nacionalidade, que vem se referir à dimensão mítica da matéria épica. É de relevante atenção quando Bernd (2003), diz que trabalhar com o maravilhoso nativo revela na perspectiva indígena a brasilidade e, assim, o colonizado faz papel de herói.

O que se queria era consagrar o empreendimento colonial português, mas o referencial mítico americano levou os escritores do século XVIII a serem influenciados pelo imaginário do Novo Mundo, como se percebe na epopeia *O Uruguai*:

Embora a dimensão épica narre os feitos do conquistador Gomes Freire de Andrade, e suas viagens às missões jesuíticas para submeter os últimos índios revoltados e para fazer valer o Tratado de Madrid, o ponto de vista cultural dos colonizados é confrontado ao do colonizador, favorecendo a emergência da consciência da brasilidade na narrativa (BERND, 1989, p. 45).

O século XVIII revela um caráter ambíguo em relação à consciência de nacionalidade. Assim como celebra os valores do colonizador, glorifica os do país, o que ocasiona um interesse pelos nativos no âmbito estético e humano. Muitos autores associam *O Uruguai* às raízes da identidade nacional, inclusive, Machado de Assis. O próprio Antonio Candido, que não simpatizava com os elogios ao empreendimento colonialista, reconhece que o poema deu bases ao Indianismo romântico do século XIX, que se torna um dos modelos do nacionalismo estético.

A ambiguidade apresentada pelo poema é de grande valor, pois como realiza a glorificação do português, realiza a do país, sendo que o brasileiro já estava envolvido pelo sistema colonial. Assim, “Basílio torna-se o iniciador do processo romântico de fazer do índio o antepassado simbólico, que vai justificar tanto a mestiçagem quanto o nativismo, servindo ainda para ocultar o problema do negro” (BERND, 2003, p. 47).

O poema realmente é o primeiro na manifestação da nacionalidade desejada pela literatura brasileira. Reconhecidamente, Bernd (2003) vê na análise de Vânia Pinheiro Chaves (a maior estudiosa da obra de Basílio da Gama) a constatação de que os autores do romantismo atribuem a si mesmos a glória da formação nacional. Isso quer dizer que, quando retomam a temática Indianista, não reconhecem que foi Basílio da Gama o precursor a desbravar tal temática.

*O Uruguai* possuiu um processo de singularização que substancia a origem da identidade literária brasileira. O nativo foi dado como herói e, mesmo que a colonização civilizada manifestou valor na cultura brasileira, valorizou-se também a gente e o universo onde se implantou. Os poetas do século XVIII anunciaram o Indianismo, que foi um dos mais poderosos instrumentos da construção da identidade nacional; representaram uma etapa de amadurecimento, de experimentação e de fricção, entre a contribuição de uma literatura europeia erudita e uma temática original que esse continente proporcionava.

O Novo Mundo que se apresentava foi reproduzido na literatura do país. A construção das epopeias, no século XVIII, possuía algumas características como: integração do espaço e do referencial mítico americano; retorno nostálgico ao passado, desejo de encontrar o início da história (o índio retratado no poema é o mito do *bom sauvage*); discurso exclusivo com a representação inventada do índio, julgado por preceitos europeus; relação fóbica com a cultura do outro, sendo que as culturas autóctones são vistas como inferiores à dos brancos. Outra marca da épica indigenista é a presença do herói emblemático na figura do português, de certa forma, contraditória, porque Gomes Freire apenas cumpria ordens de seus chefes enquanto Cacambo e Sepé possuíam a força heroicizante.

O indianismo continuou a ser representado na literatura brasileira. José de Alencar apresentou em sua obra o estágio fundacional, com a nomeação exaustiva das fontes, das raízes, dos mitos fundadores e das genealogias. Alencar testemunha, em sua produção romanesca, movimentos de desculturação e aculturação de duas etnias inaugurais do brasileiro: o branco e o índio.

Bernd (2003) destaca que Alencar tentou reconstituir o processo de construção da nacionalidade brasileira. Buscou na idealização dos tipos formadores da “nação” os heróis com qualidades superiores à dos mortais comuns. Assim como os escritores do século XVIII, Alencar não contempla o negro, quando retrata o sertanejo, o gaúcho, o índio, o bandeirante e o colonizador branco. Sua obra comprova um discurso hegemônico, repetido pela geração seguinte, em que:

A dominância discursiva baseada no índio como símbolo da nacionalidade, criada no século XVIII, foi reforçada na obra alencariana que erigiu o autóctone como antepassado mítico, como herói epônimo, o qual possuía a extraordinária vantagem, de não ter *manchas*, como refere Antonio Candido, por ter sido abolida a escravidão do índio desde o século XVII (BERND, 2003, p.51).

Foi com as obras *Iracema* (1857) e *O Guarani* (1865) que Alencar ganhou expressão no tema do indianismo. Iniciou a significação da identidade nacional, ambientando seus personagens em um passado distante, que se caracteriza como o início da colonização e os primeiros choques das duas culturas em contato.

A perspectiva exótica da descrição dos povos do Novo Mundo se fundamentou num paradoxo. Isso porque o elogio baseava-se no desconhecimento ou naquilo que o outro tinha de imediatamente reconhecível como diferente. Por exemplo, o europeu em relação ao índio se sentiu fascinado pelas diferenças decorrentes da vida em estado de natureza. O aproveitamento do mito do bom selvagem surgiu no sentido da crítica que se fez da própria sociedade, então, imaginava-se, nostalgicamente, uma sociedade melhor.

Embora se diga que o romantismo ocasionou uma revolução estética na literatura brasileira, percebe-se que a obra de Alencar faz um retorno a certos paradigmas. Assim, eram reencenados alguns esquemas dos autores do século XVIII (que já foram citados neste texto e cabe lembrá-los na obra de Alencar): 1) integração do espaço e do referencial mítico maravilhoso americano; 2) concepção do tempo fundada na concepção nostálgica do passado; 3) construção de um discurso exclusivo, baseado na representação inventada do indígena.

Referindo-se mais especificamente ao terceiro item, o indígena era visto ao lado do português como o herói emblemático, aquele que se torna símbolo da origem do povo brasileiro. Nesse momento, houve uma hipervalorização da cultura do outro. Nos romances indianistas, Alencar hipervalorizava elementos culturais referentes à chegada dos descobridores, dando apenas uma visão mítica positiva dos ancestrais.

Então, o diálogo de culturas, que se estabeleceu entre colonizado e colonizador nas obras de Alencar, deram origem a um processo recíproco de desculturação da cultura de origem e de aculturação a uma cultura que não a de origem. O processo é desigual porque os valores próprios viram-se usurpados por uma cultura imposta, que vinha de “fora”.

Antonio Candido (1989) insiste em falar no século XVIII porque, nesse período, definiram-se as linhas da fisionomia espiritual de nosso país, sendo que os valores constituídos influíram em toda a evolução posterior da sociedade e da cultura. No período colonial, a inteligência elegeu aspectos adequados para a criação de um meio natural que foi

representado na literatura e que deu forma ao sentimento. Também criou, inventou um tipo de história avaliativa da mestiçagem e do contato de culturas.

Houve a tentativa de compatibilizar os padrões europeus com a realidade existente de uma sociedade pioneira, sincrética, referente ao aspecto cultural, e mestiça, referente ao aspecto racial. O indígena já estava, nas zonas colonizadas, em parte, pela mestiçagem, neutralizado, repellido, destruído ou dissolvido.

Tentando resgatar uma imagem positiva do povo nativo, formularam-se vários fatores como: a condição de homem do índio, reconhecida pelos jesuítas; a abolição de sua escravização em meados do século XVIII; a moda do homem natural; a outorga do título de nobreza dado pelos reis portugueses a alguns chefes que ajudaram na conquista e na defesa do País, nos séculos XVI e XVII. Esses fatores melhoraram o conceito do índio, que habitava regiões pouco conhecidas e, em especial, o do indígena passado, que pôde ser imaginado e transformado em modelo ideal:

[...] esse índio eponímico, esse antepassado simbólico justificador tanto da mestiçagem quanto do nativismo, podia ter curso livre no plano da ideologia porque a sua evocação não tocava no sistema social, que repousava sobre a exploração do escravo negro – e este só recebia um esboço de tratamento literário idealizador na segunda metade do século XIX, quando começou a crise do regime servil (CANDIDO, 1989, p. 173).

A imagem positiva do índio se fez presente na Academia dos Renascidos que, em 1759, elaborou as biografias dos homens ilustres da história colonial. Assim, incluiu, ao lado de governadores, magistrados, guerreiros, senhores de terras, os indígenas, elevando-os ao mesmo nível dos varões tutelares.

Consequentemente, a visão positiva do índio resultou em símbolo nacional, no sentido de ser um recurso para afirmar as nossas particularidades. Já no século XIX, toda a nação passou a ver o autóctone como um antepassado mítico, um herói epônimo que transpôs essa valorização a outra mistificação. Ou seja, o indígena já valorizado se equiparou à mestiçagem com o africano, uma cultura negada ou disfarçada pelo esquecimento total do antepassado negro.

Diante do processo colonizador e da aproximação com a consciência de grupos sociais cada vez mais numerosos, o índio tornou-se facilmente personagem literário privilegiado. Exemplo disso tem-se como referência três poemas: *O Uruguai*, *Vila Rica* e *Caramuru*. Em especial, na primeira e na terceira obra, o índio representa a força pitoresca e humana, enquanto em outras produções, ele aparece mais como símbolo da terra e dos sentimentos locais.

Na segunda metade do século XVIII, muitos escritores que seguiam as convenções da poesia pastoral, proclamando a beleza e dignidade da vida rústica, consideraram o conhecimento do índio como tipo de “homem natural”, uma extensão lógica da natureza. Tanto isso é certo, que, em certos neoclássicos retardatários, os pastores foram substituídos por índios. Esse acontecimento data de um tempo posterior a 1840, quando os românticos viram no “Indianismo uma paixão nacionalista, que transbordou o círculo dos leitores e se espalhou por todo o País, onde perdura o uso dos nomes indígenas, muitos dos quais tomados a personagens de romances e poemas daquela época” (CANDIDO, 1989, p. 174-175).

No indianismo romântico, sobressaíram Gonçalves Dias e José de Alencar. Considerados pelos contemporâneos por terem proporcionado à literatura o aspecto nacional, manifestaram a sensibilidade e a visão das coisas do povo brasileiro. Durante o romantismo, havia um desejo pela independência integral, desde a alta política até os hábitos de cada um. O desejo era tanto, que várias pessoas trocaram os seus sobrenomes por nomes indígenas, na tentativa de apagar a origem e a tradição que os tinha formado.

Esse aspecto nacionalista, de valor simbólico, levou os imperadores a darem títulos de nobreza denominados pela toponímia indígena. Assim, praticamente a metade dos titulares de barões, condes, marqueses eram designados por nomes nativos que soavam estranhos ao europeu. A atitude da nação, em se diferenciar, justificou-se mais tarde, no século XIX, no querer inventar um passado já nacional, que tivesse desde cedo à diferença em relação à mãe-pátria.

A crítica literária, influenciada por autores franceses no interesse ao exotismo americano, percebeu que descrever a natureza e os costumes do país, principalmente, as etnias primitivas se tornaram a essencial tarefa da literatura, centrando no passado a identificação daqueles que contribuíram para criá-la. Houve a mudança da estética literária, que se consistiu no Romantismo, coincidindo automaticamente com a Independência, e as produções eram consideradas mais autenticamente brasileiras.

Esse critério deu respaldo ao vínculo da produção literária com a construção da nacionalidade. Temas novos e também tradicionais passaram a ter valor de legitimidade. Na perspectiva de construir a nação como possuidora de uma cultura singular, própria, as atividades intelectuais e artísticas contribuíram para fazer acontecer essa realidade almejada.

Desde então, concedeu-se importância ainda maior às contribuições do poeta, do romancista, do orador, do jornalista, em um país que fora considerado tão atrasado. A realidade do indígena faz pensar no papel da literatura que dá oportunidade de falar, denunciar todas as mazelas da sociedade.

Em muitos momentos da história da literatura o índio aparece como tema literário. Nos séculos XVI e XVII, havia uma dupla perspectiva sobre o nativo. Por um lado, os cronistas e viajantes da literatura informativa, viam o índio como elemento exótico do mundo tropical recém-descoberto. Por outro lado, os jesuítas, viam o índio como o selvagem que devia ser catequizado, aumentando os cristãos, necessidade almejada pelo movimento da Contra-Reforma.

No arcadismo, século XVIII, o índio recebe nova interpretação, de acordo com o Século das Luzes, sendo discutido um “indianismo ideológico”, pautado no mito do “bom selvagem” e das ideias revolucionárias que suscitou no domínio social e político. Destacam-se obras brasileiras desta época como *Caramuru* de Santa Rita Durão e, *O Uruguai* de Basílio da Gama.

Com o romantismo o índio atinge sua conotação ideológica maior. Idealizado como símbolo nacional, como o herói da pátria. Tanto na poesia como na prosa, a solidificação do indianismo na literatura romântica, deve-se a Gonçalves Dias e José de Alencar. Mais tarde, o índio foi retomado no Modernismo. Nesse momento, foram satirizados e ironizados, o índio e o nacionalismo romântico, vistos como criações exageradas, utópicas e irreais dos autores daquela época.

### **A tentativa em amenizar a discriminação à cultura indígena**

Atualmente, parece que começa a despontar uma postura para tentar amenizar o problema da discriminação indígena. Nesse sentido, Eloína Prati dos Santos (2003) realiza discussões importantes sobre a ficção ameríndia. Referindo-se ao Brasil, às comemorações pela passagem dos 500 anos do início da colonização proporcionou o surgimento de algumas ações, como escolas, livros didáticos, oportunidade do próprio indígena escrever livros. Com essa realidade deu-se oportunidade de escuta a voz dos povos nativos, já que até hoje foram negligenciados.

Até recentemente, os povos nativos do país eram retratados por escritores brancos, antropólogos, sociólogos, historiadores e linguistas, sendo que muitos dos trabalhos eram realizados por estudiosos estrangeiros. Contudo, na última década do século XX, começam a ganhar espaço nas livrarias, alguns livros que contém narrativas por professores nativos bilíngues ou escritores indígenas.

Acompanhando essa mudança, destaca-se o lançamento de um dos primeiros livros escritos por indígenas, *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio* (1988), de Kaka Werá Jecupé. O objetivo do livro é pacificar os brancos, por isso,



contém histórias contadas aos índios Txucarramãe por seus pais, avós e gerações passadas, caracterizando a narrativa oral. Há a tentativa de inserir na narrativa “a figura esquecida dos povos nativos e de sua cultura milenar nos livros escolares, contribuindo sua ética, sua fé, sua maneira de lidar com a natureza, para o universo educacional brasileiro. Antes tarde do que nunca” (SANTOS, 2003, p. 02).

Embora ai se identifique uma maneira de tentar melhorar as relações culturais, ainda permanecem muitos problemas no convívio com o nativo. A revalorização e aceitação do diferente caminham a passos lentos:

Os índios brasileiros ainda não atingiram uma cidadania plena e muitos povos ainda não votam e não são criminalmente responsabilizados por seus atos, na pressuposição de que não possuem entendimento perfeito de nossa cultura e nossa língua. Encontramos um grande número de tribos outrora numerosos vivendo em reservas distantes onde os confortos modernos não chegaram, ou vivendo nas periferias das grandes cidades, ou em beiras de estrada em barracas de plástico preto[...] o contrabando e a invasão de suas terras por fazendeiros e grileiros [...] Há tribos famintas onde as crianças morrem de doenças banais [...] E ainda há no Brasil tribos recentemente localizadas pelas agências governamentais nas remotas fronteiras da Amazônia, vivendo um tempo pré-colonial (SANTOS, 2003, p.02).

É evidente que cada vez mais acontecem encontros entre culturas. No entanto, o que se espera é que esses contatos sejam menos traumáticos do que foram no passado. Ainda resta a esperança de que floresça no Brasil uma vertente forte da literatura indígena, como vem ocorrendo em grande parte do continente americano e como na América do Norte, que estão num estágio bastante desenvolvido em relação às produções dessa cultura.

Outro aspecto importante que vem sendo objeto de estudo de especialistas da história, da crítica literária e da antropologia são os relatos de viajantes. Conforme Reichel (1999), principalmente a historiografia latino-americana utiliza esses relatos como fonte de pesquisas, uma vez que oferecem descrições pormenorizadas sobre a vida privada ou a cultura das camadas populares das sociedades observadas e também aspectos sobre relações de gênero nos mundos rural e urbano. Muitos desses viajantes deixaram registros através de crônicas, memórias ou relatórios e romances.

A produção historiográfica latino-americana e a forma como são utilizados os relatos de viajantes, como fonte histórica, demonstram a apropriação de informações que expressam verdades históricas. Nas últimas décadas, outras áreas do conhecimento, inclusive a literatura e a antropologia, estão dando subsídios aos historiadores. Isso ocorre com a inserção de novas metodologias e instrumentos disciplinares, para que se tenha uma nova postura teórica ao utilizar essas fontes.

A relação entre história e literatura se estreita, a partir do momento em que ambas se complementam para explicar e entender a realidade social, política e econômica das civilizações humanas. Importante observar que os relatos dos viajantes se constituem num corpus que aproxima a história da literatura.

Segundo Rubelise Cunha (2007), a partir da década de 1960, ao revisar a temática indígena, o romance brasileiro se volta ao tempo em busca da história que não foi contada. “Os autores seguem uma trajetória que leva ao Outro a fim de compreendê-lo e ouvir sua voz” (p. 11). Tal atitude resulta em obras que recriam a voz indígena através das personagens protagonistas, em outras que representam o branco procurando compreender o universo ameríndio e a experiência colonial.

Muitos romances discutem acontecimentos históricos que remetem à trajetória da formação e contatos de diferentes culturas. Principalmente a figura do indígena se faz presente como temática de importantes obras. Segundo Valnice Nogueira Galvão (2005), autores especialistas em outros campos experimentam o romance histórico. Dessa forma, cita-se Antonio Torres com a obra *Meu querido canibal* (2000), uma narrativa que recria Cunhambebe e seus tupinambás na Confederação dos Tamoios, no litoral fluminense, representando um exemplo de resistência ao conquistador português. De modo que, o livro acompanha a criação, o apogeu e o massacre da organização social das tribos, o modo de vida, a ligação com os piratas franceses, o papel ambíguo de Anchieta, as mentiras e trapanças dos conquistadores, a fundação sangrenta da cidade do Rio de Janeiro.

A obra *A expedição Montaigne* de Antonio Callado narra a trajetória do jornalista Vicentino Beirão, que deseja armar um exército de índios na Amazônia contra a colonização do branco e devolver a nação brasileira aos nativos. O romance representa uma sátira política ao Brasil da guerrilha, nas décadas de 1960-70, e assenta a decadência do índio brasileiro.

Sergius Gonzaga (1990), ao se referir a Antonio Callado diz que “nenhum outro ficcionista lutou tanto e tão rapidamente para compreender os agrupamentos revolucionários que escolheram a luta armada para enfrentar o sistema imposto em 64”(p.255). Também é válido destacar outro romance do autor, *Quarup* (1967), este narra a trajetória do padre Nando que perde a vocação religiosa e adquire uma profunda consciência do atraso nacional. Voltado a aspectos políticos mostra os fundamentos da sociedade brasileira. Destaca-se no livro a expedição que vai ao Xingu, demarcar materialmente o ponto central do país. O aspecto essencial do *Quarup* é marcado pelo contato com os índios e as conseqüentes doenças contraídas por eles.

Outro destaque em relação ao romance histórico é “O Caminho da Pedra” de Mário Simon<sup>2</sup>. Obra que foi objeto de estudo de minha dissertação intitulada “O Caminho da Pedra: um diálogo entre literatura e história” do Mestrado em Letras: Estudos Literários, na URI – campus de Frederico Westphalen, por retratar a realidade da região em relação a um fato histórico muito conhecido que é a destruição dos Sete Povos das Missões. A apresentação do livro de SIMON (1988, p. 07) inicia com o comentário: “Esta é a história de um soldado e de um índio. Mas é, também, a história de um povo que vence em terra estranha e de outro povo derrotado em sua própria terra”. Os vencedores são os imigrantes alemães trazidos pelo governo para colonizar o Brasil. Derrotados, os indígenas obrigam-se a deixar suas terras porque haviam sido demarcadas para cada família alemã.

Analisando o diálogo que se estabelece entre literatura e história, o escritor Mário Simon, demonstra em sua obra a perda de identidade do indígena e a exclusão que o nativo sofreu diante de outras culturas, sendo marginalizado. Nesse caso, o “sujeito perde o papel de centro e é substituído por diferentes vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e ideológico” (BARROS, 1999, p. 02-03).

### **A autoria Indígena**

Reportando-se ao fato do próprio indígena contar sua história, leva a perceber que, Segundo Menezes de Souza (2003), nas comunidades, embora os relatos orais sempre prevaleçam, a escrita recentemente passa a ser vista como uma forma importante para o resgate de suas culturas, de suas identidades.

As comunidades indígenas brasileiras parecem se satisfazer em reescrever sua história, escrevendo para eles mesmos, construindo uma nova identidade indígena, ambígua e híbrida, que possui características ao mesmo tempo local e nacional. Há outro grupo de escrita indígena que inclui escritores de origem indígena. Estes migraram para os centros urbanos nacionais, convivendo com a cultura dominante não indígena.

---

<sup>2</sup>Crenoble Mário Basso Simon nasceu em Carazinho (RS), no dia 30 de abril de 1939. Além de professor na área de literatura, selou sua ligação com as Missões exercendo o cargo de secretário municipal de turismo de Santo Ângelo. Nessa função, estudou a história missioneira; lutou pela preservação dos monumentos em ruínas, ora denunciando o abandono em que se encontravam, ora pesquisando seu percurso. Mário realizou um trabalho de envolvimento e estudos que resultou em obras como: *Breve Notícia dos Sete Povos* (1987); *Os Sete Povos das Missões: trágica experiência*(1993) e no romance *O Caminho da Pedra* (1988). O professor Mário Simon reside em Santo Ângelo desde 1956. Toda sua obra é marcada pela temática das Missões. Revelou-se contista desde 1980, sendo indicado ao “Prêmio Apesul Revelação Literária”. Publicou, em 1987, seu primeiro livro de ficção, intitulado *Lindeiro*. O autor missioneiro também escreve desde 1985 a coluna “Motivos para Redação”, do *Jornal de Santo Ângelo*. Muitas dessas crônicas resultaram em um livro intitulado *Inventário de Motivos* (2003). Outra produção de Simon, *Passionário: contos e crônicas reunidos* (1998) traz a crônica de uma cidade e de sua gente, contada de diversas formas.

Com esse distanciamento de suas origens e de um público leitor indígena, esses autores, embora procurem reescrever a versão dominante da história indígena para não indígenas, acabam sujeitos aos processos de exclusão e marginalização do mercado editorial dominante, conseguindo no máximo, a ser lidos como autores de estórias escritas, ajudando porém, à sua maneira de prestar visibilidade, embora restrita, à problemática de processo de construção da(s) identidade(s) indígena(s) e à questão indígena (MENEZES DE SOUZA, 2003, p. 12).

Contribuindo ao legado da temática do indianismo, os próprios nativos, estão escrevendo obras que expressam suas tradições e costumes. Então, destaca-se um autor indígena, Daniel Munduruku, conhecido e premiado nacional e internacionalmente, comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República e Diretor-Presidente do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Internacional. Conforme declarou, em uma entrevista, à Revista Raiz (2008), Daniel é autor de muitas obras que trabalham com a cultura indígena. Graduado em Filosofia e doutorando em Educação, frisa a importância dos próprios indígenas escreverem para manterem vivos os seus costumes.

Daniel fala, na entrevista dada a Revista Raiz (2008), sobre um livro seu premiado pela Unesco, em 2004, intitulado *Meu avô Apolinário*. Ele diz que é um mergulho no rio de sua memória. “Ali eu conto como foi minha convivência nascida, sobretudo, a partir do momento em que eu havia sofrido uma grande decepção com a minha própria condição de índio. É um relato muito verdadeiro e sugiro aos leitores que me encontrem ali”(p. 02).

O autor indígena fala da convivência do nativo com outras culturas no Brasil, e tem uma postura positiva frente à convivência em sociedade:

Costumo dizer que a permanência teimosa dos indígenas no Brasil já é a grande lição. Somos povos historicamente espoliados, negados pelo sistema, maltratados, discriminados, desaparecidos da história. Temos sido tratados como indigentes, selvagens, atrasados, preguiçosos, entre outros adjetivos. Apesar disso, resistimos para mostrar nossa força, nossa verdade. Aos poucos vamos percebendo que a sociedade se solidariza mais com a gente e nos percebe homens e mulheres possuidores de uma rica experiência de vida (REVISTA RAIZ, 2008, p. 03).

Iara Tatiana Bonin (2007) ressalta a literatura infantil e infanto-juvenil que narram o cotidiano indígena, mobilizando diferentes significados constituindo “tanto os sujeitos narrados por diferenças, quanto àqueles acomodados numa suposta identidade comum, identificados no polo da normalidade” (p. 03). Cita algumas obras da vasta autoria de Daniel Munduruku: *Um estranho sonho de Futuro* e *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena*.

Bonin faz análise de materiais didáticos e de formação de professores indígenas. São obras que compõem o PNBE em que o Ministério da Educação manda kits com material sobre o índio para as escolas. Assim, observa-se que os escritores indígenas (etnias munduruku, nambikwara e Cherkee) têm a preocupação em situar as histórias e acontecimentos num contexto cultural específico, diferenciando-se das obras escritas sobre os

povos indígenas, que trazem uma imagem genérica de um índio universal, fixado por estereótipos.

Uma característica importante presente nas obras de autoria indígena é afirmar sua etnia de origem, não o termo genérico. Quer dizer, o termo índio, sinônimo de enfrentamentos e lutas é substituído por “sou munduruku”, “sou guarani”.

As obras de autores indígenas possuem estilos de escrita e modos de narrar distintos, mas têm em comum, traços centrados no cotidiano da vida indígena, com relatos vivenciados pelos autores, memórias de infância, histórias contadas pelos avós, experiências partilhadas em meio a uma comunidade indígena. Os escritores apresentam explicações que articulam dimensões naturais e sobrenaturais.

Por exemplo, na obra de Daniel Munduruku, *Crônicas de São Paulo*, o autor faz um convite para pensar na arquitetura reta dessa cidade. Ainda, afirma que pode ser olhada como o reflexo de um pensamento fixo sobre o espaço, em que a estrutura imponente, sólida, se sobrepõe às construções circulares e à concepção espacial do povo indígena, primeiros habitantes desse mesmo território. Um olhar do indígena para a cultura ocidental pedindo para dialogar, esta característica é marcante nas obras de autoria indígena.

### **Considerações Finais**

Percebe-se que a literatura desempenha um importante papel na discussão e conhecimento da cultura indígena. No início tínhamos narrativas com uma visão mais do colonizador, com o tempo avançaram a discussão, na literatura, para um olhar de valorização dos povos ameríndios, relacionando como uma cultura com costumes diferentes e que deveria ser respeitada. Hoje, busca-se reconhecer o autor indígena contando sua cultura através de suas vivências.

As obras produzidas devem ser manifestações que busquem valorizar o indígena, não só como temas de produções literárias, mas também como o incentivo do escritor indígena retratar sua cultura. Sendo que através da literatura proporcionar-se-á a discussão da realidade para entender as injustiças ocorridas com a colonização no Brasil e tentar amenizá-las. Assim, vai-se autoafirmar a função literária de dar voz ao que está “oculto” na história do sistema dominante em relação à organização cultural, política e social do país brasileiro.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In. BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: EDUNESP, 2003. p. 49-62.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BONIN, Iara Tatiana. *Narrativas sobre povos indígenas na literatura infantil e infanto-juvenil*. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, RS. 19.. Disponível em [http://www.alb.com.br/anais16/sem04pdf/sm04ss03\\_02.pdf](http://www.alb.com.br/anais16/sem04pdf/sm04ss03_02.pdf) Acesso em: 17 de mai. 2008.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

CUNHA, Rubelise. O outro lado do espelho: a representação contemporânea no Brasil. In *Perspectivas da literatura ameríndia no Brasil, Estados Unidos e Canadá*. Rio Grande: [www.dla.furg.br/nec](http://www.dla.furg.br/nec), 2007. vol 2, 2003. Disponível em: <<http://209.85.215.104/search?q=cachê:sDuWkSNzEBOJ:www.dla.furg/nec/virtuais.htm+nec.furg&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=15>>. Acesso em: 17 mai. 2008.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *As musas sob assédio: literatura e indústria cultural no Brasil*. São Paulo: Editora Senac, 2005.

GONZAGA, Sergius. *Manual de literatura brasileira*. 6ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1990.

MENEZES DE SOUZA, Lynn Mario T. Que história é essa? A escrita de Souza. In *Perspectivas da literatura ameríndia no Brasil, Estados Unidos e Canadá*. Feira de Santana, Bahia: Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, vol 1, 2003. Disponível em: <<http://209.85.215.104/search?q=cachê:sDuWkSNzEBOJ:www.dla.furg/nec/virtuais.htm+nec.furg&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=15>>. Acesso em: 17 mai. 2008.

REVISTA RAIZ. *O índio sem tutela*. Disponível em: <[http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=850&Itemid=184](http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=850&Itemid=184)> Acesso em : 17 de mai. 2008.

REICHEL, Heloisa Jochims. Relatos de viagem como fonte histórica para estudo de conflitos étnicos na região platina (séc. XIX). In. PRATT, Mary Louise [et al]. *Literatura & História: perspectivas e convergências*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SANTOS, Eloína Prati dos. O refuncionamento da narrativa na ficção ameríndia contemporânea do Brasil, Estados Unidos e Canadá. In *Perspectivas da literatura ameríndia no Brasil, Estados Unidos e Canadá*. Feira de Santana, Bahia: Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, vol 1, 2003. Disponível em: <<http://209.85.215.104/search?q=cachê:sDuWkSNzEBOJ:www.dla.furg/nec/virtuais.htm+nec.furg&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=15>>. Acesso em: 17 mai. 2008.

SIMON, Mário. *O caminho da pedra*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.

Recebido em 27/07/2015.

Aceito em 29/08/2015.